

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: 'Defenderei a biografia do que nós fizemos'	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Setor elétrico questiona leilão que eleva tarifa	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: » Queremos saber.....	8
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Clima e eleição	8
Título: Destaques	11
Título: ArcelorMittal descongela projeto de R\$ 1,2 bi	11
Título: Curtas	13
Título: Petrobras aposta na alta do petróleo para cortar dívida	13
Título: LyondellBasell vai ao MME para tratar de Braskem	16
Título: Norte e Nordeste elevam aposta no etanol	17
Título: Petrobras, exterior e cena política dão alívio a mercado doméstico	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: O País****Autor: Henrique Meirelles/ MDB****Título: 'Defenderei a biografia do que nós fizemos'**

ENTREVISTAS COM PRESIDENCIÁVEIS

Candidato afirma que recolocará Brasil na rota do crescimento econômico e desconversa sobre nomear grupo político de Michel Temer caso eleito ao Planalto

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, 72 anos, já disse que a Presidência da República é uma questão de “oportunidade e destino”. Indicado pelo MDB para disputar o Palácio do Planalto, ele pretende usar a oportunidade para, se eleito, recolocar o país no rumo do crescimento. Seus aliados, porém, esperam que ele assegure alguma tranquilidade ao destino do grupo político do presidente Michel Temer que ficará sem o foro privilegiado a partir de 31 de dezembro. Sobre esse assunto, ele afirma que só analisará contratações depois de eleito. Ciente do desafio de representar na urna o governo mais impopular da História, Meirelles tenta se descolar de Temer oferecendo aos brasileiros, em troca do voto, as suas realizações na economia. “Eu retirei o Brasil da maior recessão da História”, disse ao GLOBO.

LETICIA FERNANDES, PAULO CELSO PEREIRA E ROBSON BONIN

O slogan do senhor é o “Chama o Meirelles”. Se o povo o fizer, o senhor vai chamar ao seu governo Eliseu Padilha, Romero Jucá, **Moreira Franco** e Temer?

Eu nunca nomeio equipe na véspera. Só depois que eu fui empossado tanto no Banco Central quanto no Ministério da Fazenda é que comecei a montar uma equipe. Vou tomar essa decisão o dia que eu vencer a eleição e começar a compor o Ministério.

O senhor costuma dizer que tem biografia limpa. Não fica constrangido em posar ao lado de Temer e ministros investigados?

Eu não escolho os líderes do país. Agora, a minha biografia é o que reflete a minha história e as minhas atitudes. Fui presidente de uma grande organização internacional no exterior e posava ao lado de líderes do setor empresarial. Voltei ao Brasil, fui a Goiás e posei ao lado de líderes do partido, na época o

PSDB. Entrei no Banco Central, posei ao lado do Lula e de ministros dele. Hoje, com toda a satisfação, poso sim ao lado dos líderes do MDB.

Como pretende crescer nas pesquisas sendo candidato do governo Temer?

Eu sou o candidato da geração do emprego e da renda. Qualquer governo que eu participei, isso é muito facilmente entendido pelo eleitor. Quando a campanha na TV começar a levar aos eleitores a informação sobre tudo que eu já fiz pelo país, o eleitor vai reagir favoravelmente.

Vai defender a biografia do presidente?

Eu vou defender a biografia do que nós fizemos, que é positiva e inquestionável.

Pretende receber empresário na calada da noite para conversar?

Não. A minha biografia já diz. Já tem as respostas para tudo isso. Eu não estou dizendo que vou ou não vou receber. Estou dizendo o que eu já fiz e o que eu faço. Não vou ficar especulando. “Você faria aquilo que o Lula fez? Faria aquilo que os líderes do PSDB fizeram?”. Defendo a minha história pessoal, independentemente de qualquer governo para o qual eu trabalhei.

A retomada econômica é lenta, há 13 milhões de desempregados no país. Que resultados o senhor vai apresentar na campanha?

Eu retirei o Brasil da maior recessão da História. O que ocorreu, no entanto, não tem a ver com recuperação econômica que foi feita, tem a ver com a incerteza eleitoral causada por candidatos de extremos. Um que propõe a volta das políticas que levaram à recessão e ao desemprego e o outro que diz que não entende de economia e vai delegar para alguém o trabalho dele.

A agenda econômica do governo Temer, com a reforma da Previdência, está mantida?

A negociação da reforma já foi feita e não precisa voltar atrás. Está no Congresso e eu acho que será aprovada. Os demais temas são projetos que levam ao crescimento econômico, ao aumento do emprego e da renda, ao controle da inflação com juro mais baixo, incluindo autonomia do Banco Central.

O que o senhor não abre mão na reforma?

É o que já foi negociado com o Congresso. Hoje, o trabalhador que ganha menos não consegue completar 35 anos com carteira assinada. Aposenta por idade,

com 65 anos. Aprovada a reforma, aqueles que se aposentam cedo, com altos salários, vão ter que trabalhar mais tempo para aposentar.

Como seria concorrer com um candidato preso e condenado por corrupção (caso do ex-presidente Lula, que cumpre os requisitos para ser considerado ficha-suja)?

É direito do partido propor o candidato que julgar adequado. Porém, sou favorável ao fortalecimento das instituições e que se respeite as decisões da Justiça. O partido pode pleitear, mas é a Justiça que define

O ex-presidente Lula se corrompeu?

Estou aguardando a decisão final da Justiça para ter uma conclusão.

É a favor da prisão em segunda instância?

Acho que compete ao Supremo discutir. Não sou advogado e não pretendo tomar o lugar do Tribunal. No meu plano de governo não consta um plano de alteração de regras penais. Respeitarei o que for decidido.

O senhor divulgou um vídeo em que Jair Bolsonaro chama Maria do Rosário de vagabunda. Que mensagem queria passar?

Simplesmente divulgar a verdade. Eu não gosto de calúnia, não gosto de adjetivos para se ficar tentando classificar adversários, falando informações falsas.

Ciro Gomes disse que o senhor não confia no Brasil. Por isso levou seu dinheiro para paraíso fiscal.

Uma coisa falsa e desinformada. Quando eu morava no exterior, abri a Fundação Sabedoria para deixar a ela, quando eu morrer, uma parte da minha herança para investir em educação no Brasil. Foi feita uma pequena doação nominal para constituir a fundação, tudo declarado à Receita Federal em 2002. Se o ex-governador fosse estudar o assunto, saberia que isso foi suficientemente divulgado no caso Panama Papers e ficou claro que, na realidade, é algo positivo. Quantas pessoas criam uma fundação para financiar educação no Brasil? Quem pode criticar isso?

Prorrogaria a intervenção na segurança do Rio?

A intervenção foi uma necessidade. Não havia alternativa naquele momento. O governador mostrou a impossibilidade de enfrentar o problema ante a crise fiscal. Agora, o trabalho será de recuperar a polícia no país. Tem estado que há

mais de dez anos não contrata efetivo e nem compra viatura. Não tem polícia que consiga atuar nessas circunstâncias. Então, temos que equipar as polícias.

Como o senhor vai fazer campanha no Rio tendo dois caciques do seu partido, Sérgio Cabral e Jorge Picciani, na cadeia. Vai ao palanque dos filhos deles?

Aceito apoio de todas as lideranças importantes. Não sou justiceiro e respeito as instituições. Vou aceitar apoio de todos os líderes em condições legais de me apoiar.

Qual a sua posição sobre o aborto?

Eu sou a favor da lei atual que prevê situações onde isso é justificável.

E sobre a descriminalização da maconha?

Eu sou favorável à aplicação da lei atual, uma lei de 2006, que veda a prisão de usuários da maconha. Acho que não deve ser mandar à prisão o usuário, mas tem que se fazer políticas visando desestimular o consumo.

O que pensa da redução da maioridade penal?

É uma ideia, a princípio, boa. No Brasil, temos um amadurecimento cada vez mais cedo, mas tem que colocar alguma diferenciação entre o crime cometido a partir de 16, 18 e 21 anos.

E sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo?

As pessoas têm direito de exercer a sua preferência. Acho que não pode ser nem propagado nem proibido.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Setor elétrico questiona leilão que eleva tarifa

Especialistas divergem sobre urgência de contratar térmicas a gás no Nordeste que aumentam conta de luz em R\$ 2 bi por ano

São Paulo - A proposta de um leilão para construir usinas térmicas a gás natural no Nordeste do país, que está em estudo pelo governo, provoca divergências entre especialistas do setor elétrico.

A ideia inicial era contratar essas obras por meio do chamado leilão de reserva. Nesse tipo de leilão, o governo compra a energia e repassa para os consumidores o custo — que, nesse caso, seria de R\$ 2 bilhões na conta de luz de todos os consumidores, por 20 anos, segundo a Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia.

A proposta é defendida pela EPE, órgão público responsável pelos estudos que embasam a construção de usinas, e tem sido debatida em reuniões de órgãos públicos.

No entanto, o Ministério de Minas e Energia pediu mais dados para comprovar a necessidade do leilão e estudar qual seria seu formato.

O prazo para uma decisão é curto: para fazer o leilão ainda em 2018, os trâmites deverão ser concluídos neste mês.

O ministro Moreira Franco afirmou, em entrevista à Folha, que não concorda com o modelo do leilão de reserva.

No entanto, este seria o único mecanismo disponível para viabilizar as usinas ainda neste ano, afirma Bernardo Bezerra, diretor técnico da consultoria PSR.

"A outra modalidade de leilão prevista pela lei dependeria da demanda das distribuidoras de energia, que já foi atendida em dois leilões de 2018 [um realizado em abril e outro agendado para o fim de agosto]", diz ele.

O mercado já sugere alternativas. Para João Carlos Meirelles, da consultoria Thymos, que foi contratada para fazer estudos para a Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas) ainda há uma janela para fazer o leilão em 2018.

Ele vê espaço para dois certames: um de energia nova (que não traz custos à conta de luz), que leiloaria um volume de energia que hoje é garantido por usinas térmicas a óleo, cujas concessões se encerram em 2023.

O segundo seria um leilão de reserva, com um volume de energia adicional, que ele considera necessário para dar segurança ao sistema elétrico, em meio à volatilidade da geração hidrelétrica no rio São Francisco e das usinas eólicas, que têm fortes variações.

O setor de térmicas rebate o argumento de que a contratação de usinas a gás geraria um custo ao consumidor e diz que, pelo contrário, poderia representar uma economia.

O argumento: com a falta de água que leva à queda na geração das hidrelétricas, hoje são acionadas térmicas a óleo, mais caras e poluentes. As usinas a gás seriam alternativas mais baratas e limpas.

Um estudo da Thymos, contratado pela entidade setorial, aponta uma potencial economia de R\$ 2 bilhões por ano, entre 2024 e 2030, caso as usinas a gás sejam construídas.

O impacto para além de 2030 —já que as usinas têm vida útil de cerca de 25 anos— é difícil de prever, pelo cenário incerto no país, afirma João Carlos Meirelles, presidente da consultoria.

Por outro lado, um estudo da PSR afirma que a operação das térmicas a gás, no longo prazo, oneraria o consumidor.

O motivo é que, ao analisar o cenário em 2022 —prazo mínimo para que uma nova usina a gás seja construída— a situação seria bastante diferente da atual.

Nos próximos anos, fatores como a finalização de linhas de transmissão de Belo Monte e a entrega de projetos de geração contratados em 2014 e 2015 ampliariam a oferta e reduziriam a necessidade de mais usinas, diz Bezerra.

Para Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, é importante fazer uma análise dos cenários futuros de demanda de energia para checar a real necessidade de contratar as térmicas a gás.

Ele defende que não há evidências que mostrem uma urgência de realizar o certame às pressas, e diz que apropriada EPE, até pouco tempo, era contrária ao leilões de reserva — a empresa passou por uma troca no comando em maio deste ano, com a entrada de Reive Barros na presidência.

Nem mesmo essa opção pelas usinas a gás para garantir a segurança de energia é um consenso no setor elétrico.

A indústria defende que as térmicas a gás são ideais, porque podem ser acionadas rapidamente quando falta energia —inclusive preferem chamar o certame de "leilão de segurança energética" ou "leilão de potência", evitando o termo leilão de reserva, que ficou mal visto.

Já para Bezerra, o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas poderia ser combatido de outras formas, como a expansão de usinas eólicas ou solares, que tiveram um barateamento relevante nos últimos anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:** Camila Turtelli Clarice Couto Gustavo Porto**Título:** » Queremos saber.

Coluna do Broadcast Agro

O governo federal conseguiu uma brecha para obrigar a Petrobrás e suas sócias a divulgarem o destino de cerca de R\$ 150 milhões arrecadados anualmente pela Petronect com a operação exclusiva de leilões de biodiesel no País. O artigo 11 da portaria 311, publicada na semana passada pelo **Ministério das Minas e Energia**, obriga que pagamentos de despesas administrativas e transacionais da aquisição de biodiesel em leilões e da comercialização futura do combustível sejam informados à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esses valores deverão ser detalhados e tornados públicos periodicamente pela ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Opinião**Autor:** Marco Tsuyama**Título:** Clima e eleição

Na primeira metade da década passada, o Brasil parecia ter entrado enfim em um período de estabilidade. Crise cambial resolvida sem grande impacto inflacionário, uma alternância de poder exemplar, consensos sobre a necessidade de estabilidade fiscal, pequenas e civilizadas disputas sobre a melhor forma de suporte social (bolsa-escola ou bolsa-família) e assim por diante. Melhor ainda, o Brasil parecia plenamente alinhado, figurando entre os líderes, com relação à necessidade de mitigar a crise climática que entrara definitivamente na agenda mundial com o Protocolo de Kyoto. A perspectiva era, embora sem excessos, bastante positiva.

Essa perspectiva foi se transformando ao longo dos anos e se reverteu completamente para as condições atuais. Mas quando essa estabilidade típica de países desenvolvidas começou a fazer água? Tanto os que acusam a "conspiração" das elites, quanto os que acusam o partido então no poder se esquecem da estabilidade daquele primeiro período do governo petista.

Alguns, menos apaixonados, atribuem ao estouro do escândalo do mensalão o começo dos acirramentos dos ânimos, outros enxergam na perpetuação da (então bem-sucedida) resposta do governo à crise das hipotecas americanas e o

consequente fim do consenso econômico, outros ainda só enxergam a virada nesta década, com a troca do presidente.

É fato que tudo foi descambar à medida em que o julgamento do mensalão avançava, as manifestações tomavam as ruas, as campanhas políticas se tornavam mais agressivas, a crise fiscal e econômica cobrava a fatura depois da eleição, e, é claro, as revelações de casos de corrupção se sucediam. Mas a origem disso tudo remetia a meados da década passada.

Os depoimentos do ex-ministro Antônio Palocci por ocasião da Operação Lava Jato, oferece uma outra perspectiva para a virada de chave geral. Segundo ele, Lula se deslumbrou mesmo foi com a descoberta do pré-sal e encontrou nele um sustento para um projeto longo de poder. Mesmo desconsiderando-se a consequente corrupção, as farras do guardanapo, a luta para abrigar a Copa do Mundo, as Olimpíadas, foi notável a mudança de postura dos governos (não apenas o federal) com relação a diversos aspectos como o equilíbrio fiscal, a interferência do governo nas agências e empresas públicas, privadas e, principalmente, com relação a definição do combustível que sustentaria tudo isso.

Deixou-se para trás a defesa do etanol, que antes era a contribuição brasileira para a necessidade mundial de combustíveis líquidos renováveis. Defesa que era combatida apenas por versões que acusavam o país de estar desflorestando a Amazônia para produzir etanol. Foram grandes, então, os esforços para demonstrar que a produção do combustível estava localizada em áreas distantes das de desmatamento da Amazônia e que, não obstante, ocupava uma parte ínfima (menos de 1%) do território brasileiro.

É interessante imaginar o que teria acontecido se não tivéssemos nos deslumbrados, com a tal reserva de "ouro negro"

Esqueceu-se de tudo isso e apostou-se todas as fichas no hidrocarboneto que prometia jorrar dos poços profundos do Oceano Atlântico. Como "novos ricos", os gestores não se preocupavam mais com o equilíbrio fiscal e apostavam no tesouro subterrâneo para suprir todas as necessidades (inclusive pessoais). Como mostra o livro "A Maldição do Petróleo", de Michael L. Ross, essa reação é bem comum. Pouquíssimos países souberam enfrentar grandes descobertas de petróleo com a sabedoria de uma Noruega (que já era, entretanto, desenvolvida). A grande maioria se perde na riqueza fácil, sem que esta altere significativamente o desenvolvimento e bem-estar para a sua população.

No Brasil obstinado há quase cem anos por petróleo, essa maldição inevitavelmente não passaria incólume. E o país que já tinha abundância de tantos recursos naturais (e que já os aproveitava tão mal), também passou a ter

o único recurso que faltava (em abundância). Começou logo a gastar "por conta". A disputa pelos royalties entre os estados foi sintomática, o desespero do então governador (e outros políticos cariocas) do Rio com a possível perda da fração, também. Mas nada mais evidente do que a bancarrota daquele estado, quando o preço do petróleo caiu...

Se antigo discurso climático e a defesa do produto brasileiro para a questão ficaram para trás, o seu esquecimento também foi gasolina na fogueira. O setor alcooleiro que havia acreditado (e se endividado) na perspectiva do etanol, além de não ter mais o discurso de apoio no exterior, ainda teve que enfrentar a concorrência dos combustíveis fósseis com preço artificialmente baixo no mercado interno.

A política da ex-ministra do pré-sal - inicialmente alçada à Casa Civil e posteriormente à própria Presidência - de usar combustíveis fósseis para controle da inflação, só não levou a Petrobras ao buraco porque era estatal, vantagem não compartilhada com as empresas de etanol que viveram seus piores momentos. Quando o controle de preços arrefeceu no período pós-eleição, o populismo dos combustíveis fósseis inflamou ainda mais a opinião pública, contribuindo ainda mais para toda essa instabilidade regada a incompreensão de lado a lado.

Diante desse cenário de crise econômica causada pelos excessos de gastos e de ambições (de governos e pessoas) e consequente desconfiança entre setores da sociedade, tudo decorrente da ambição fóssil, é interessante imaginar o que teria acontecido se não tivéssemos descoberto e nos deslumbrados, com a tal reserva de "ouro negro"... Talvez ainda estaríamos construindo um país com a estabilidade que vislumbramos no início da década passada.

Será que nessa eleição podemos aprender com isso? Essa eleição é uma oportunidade de mudar nossa postura com nossos recursos naturais e econômicos, deixando de lado os sonhos megalômanos e as rinhas irresponsáveis. Afinal, como se viu, se o petróleo quase sempre incorre em ambição desmedida e disputa irracional, a visão de futuro pode nos motivar a discussões racionais e busca por soluções conjuntas. Poderíamos em nome da mitigação da crise climática (que não interessa a ninguém), acalmar também todo esse "climão".

Marco Tsuyama Cardoso é especialista em regulação e políticas públicas e pesquisador do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Brasken e Petrobras

A Brasken entrou na semana passada, na 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro, com um "protesto interruptivo de prescrição", enquanto negocia uma compensação com a Petrobras, por ter ficado uma semana sem receber propeno da estatal. Não se trata de litígio e não é a primeira vez que a Brasken lança mão desse tipo de instrumento jurídico, explicou uma fonte a par do assunto. O "protesto interruptivo de prescrição" permite que mesmo que a negociação entre as empresas demore a ser concluída, a Brasken não perde o direito de reclamar mais adiante.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Ivo Ribeiro | De São Paulo**Título:** ArcelorMittal descongela projeto de R\$ 1,2 bi

O grupo ArcelorMittal, maior produtor mundial de aço, decidiu tirar da gaveta, após quatro anos congelado, o projeto de expansão em suas instalações de São Francisco do Sul (SC). O investimento, que teve seu valor atualizado para US\$ 330 milhões (R\$ 1,22 bilhão), havia sido suspenso em abril de 2014, em razão do início da crise econômica do país e da forte retração da indústria automotiva. A tecnologia também foi atualizada.

"Vínhamos trabalhando de novo nesse projeto desde o ano passado, quando a economia do Brasil voltou a crescer, discutindo com a área financeira e fazendo sua atualização tecnológica", disse ao **Valor** Benjamin Baptista Filho, presidente da ArcelorMittal Brasil. No início de julho, relatou, ele foi a Londres, sede do grupo, e fez uma apresentação dos novos indicadores a Lakshmi Mittal, CEO da ArcelorMittal, e a Aditya Mittal, vice-presidente de Finanças. "Saí de lá com sinal verde para fazer o investimento", disse o executivo.

A unidade de laminação de São Francisco do Sul é especializada em fazer chapas de aço a frio e galvanizadas. A matéria-prima (bobinas laminadas a quente) é oriunda da usina do grupo em Serra (ES) e chega por meio de barcas até o porto do município catarinense, que fica ao lado.

A expansão, argumenta a companhia, vai fortalecer a atuação da ArcelorMittal em aço de maior valor agregado nos setores automotivo, construção civil e de linha branca. Trata-se de aço revestido com material contra corrosão. Vai também sustentar a estratégia de crescimento do grupo no Brasil e América Latina.

O início da produção adicional, com a terceira linha de aço galvanizado, está previsto para 2021, com pouco menos de 30 meses de obras de montagem. Essa linha terá capacidade de beneficiar 500 mil toneladas por ano. Com ela, a empresa passará também a fazer novos produtos, como o Magnelis - usado em painéis para gerar energia solar e em material da construção civil. Já é fabricado pelo grupo na Europa desde 2016.

A decisão de desengavetar o projeto, disse Baptista Filho, se deve à retomada da indústria automotiva e às perspectivas de recuperação da economia do país a partir de 2019. As vendas de automóveis - que tiveram forte desaquecimento no país nos últimos anos - voltaram a subir em 2017 e tiveram também impulso das exportações a países vizinhos, como a Argentina, e ao México.

Atualmente, a unidade catarinense, inaugurada no início dos anos 2000, tem duas linhas de produção - uma dedicada ao setor automotivo e outra para bens de linha branca e para construção civil. Juntas, elas contam com capacidade anual de 950 mil toneladas. Além disso, a empresa faz mais 500 mil toneladas de aço laminado a frio, vendido para diversas aplicações industriais.

Com a expansão, a ArcelorMittal terá no Brasil um portfólio de aços mais nobres de 2,1 milhões de toneladas na operação do Sul. Desse volume, 1,45 milhão de toneladas serão produtos galvanizados e 700 mil de laminado a frio. O investimento, com tecnologia Comblin (recozimento contínuo) vai permitir ampliar em 200 mil toneladas a oferta de laminado a frio, com alta resistência e para linha automotiva, segundo explicou o executivo.

A partir de Serra, a empresa continuará com vendas de 2,1 milhões de toneladas de bobinas a quente. O volume será destinado ao mercado interno e a clientes cativos da América do Sul. Os embarques spot para Oriente Médio e Ásia serão desviados para a nova linha de aço galvanizado.

Atualmente, os principais concorrentes locais da empresa nos mercados que demandam aço revestido - automotivo, linha branca e construção civil - são Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O consumo doméstico é ainda suprido com produto importado, principalmente da China e Coreia do Sul.

"A nova linha nos permite crescer no setor automotivo, acompanhando tanto a maior aplicação desse aço nos automóveis como a maior produção de veículos",

disse Baptista, lembrando que o Brasil tem capacidade instalada para fabricar 5 milhões de carros ao ano. O executivo destaca que há também sinais de retomada na construção, máquinas e equipamentos e setor do agronegócio.

"Estamos operando à plena capacidade em Serra [7,2 milhões de toneladas de placas e 4,2 milhões de toneladas de bobinas a quente] e em Vega [como é conhecida a unidade catarinense]", afirma Baptista. O excedente de placas da usina capixaba, 3 milhões de toneladas, é exportado, principalmente para os EUA. Um dos grandes clientes é a laminadora de Calvert, no Alabama, que pertence ao grupo e Nippon Steel.

A ArcelorMittal Brasil faz ainda aços longos. E neste ano, concluiu compra da Votorantim Siderurgia. Fatura em torno de R\$ 20 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério sobe na China

A possibilidade de adoção de medidas para reduzir a poluição na China elevou os preços do minério de ferro. A commodity negociada no porto chinês de Qingdao teve alta de 0,87% na sexta-feira, para US\$ 67,45 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Há comentários de que o país deve reforçar medidas de redução de poluição durante o inverno. O plano envolveria Beijing, Tianjin e mais 26 cidades.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras aposta na alta do petróleo para cortar dívida

Mesmo com dificuldades para avançar com o programa de venda de ativos, neste semestre, a Petrobras mantém a confiança de que conseguirá cumprir a meta fixada de redução da dívida até o fim do ano. A estatal cortou em 36%, de US\$ 11 bilhões para US\$ 7 bilhões, a previsão de geração de caixa com desinvestimentos este ano, mas acredita que a alta dos preços do barril do petróleo pode compensar as perdas de receitas projetadas com alienações. A expectativa é que os ativos de exploração e produção (E&P) já em processo de venda alcancem valores mais elevados por causa de preços mais altos da commodity.

A redução dos investimentos projetados para este ano, de US\$ 17 bilhões para US\$ 15 bilhões, também deve contribuir para o fluxo de caixa da companhia.

Em junho, o programa de parcerias e desinvestimentos da estatal sofreu um revés no Supremo Tribunal Federal (STF), depois que o ministro Ricardo Lewandowski concedeu uma liminar proibindo a venda de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso. A decisão pegou de surpresa a petroleira, que teve de interromper as negociações para venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), dos polos de refinarias do Sul e Nordeste e da Fábrica de Fertilizantes de Araucária (PR).

A TAG e as refinarias eram um dos principais trunfos da companhia para cumprir sua meta de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018 (o número considera os contratos assinados, mas não necessariamente concluídos). A suspensão das negociações aconteceu justamente num momento crítico, em que a estatal intensifica os esforços para cumprir a meta. A empresa só atingiu, até o momento, cerca de um quarto do compromisso e precisará fechar algo em torno de US\$ 16 bilhões em negócios até o fim do ano para cumprir a meta.

"A suspensão dos desinvestimentos da TAG e das refinarias coloca um desafio maior para o cumprimento da meta [de venda de ativos], mas continuamos perseguindo", disse o presidente da estatal, Ivan Monteiro, na sexta-feira, ao comentar os resultados do segundo trimestre divulgados.

O programa de parcerias e desinvestimentos é um dos principais pilares da estratégia de desalavancagem da empresa. A meta é chegar ao fim do ano com uma relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2,5 vezes. A estatal encerrou o segundo trimestre com relação de 3,23 vezes, frente a 3,52 vezes do primeiro trimestre, e com uma dívida líquida de US\$ 73,7 bilhões, o menor patamar de endividamento desde 2012 e abaixo da meta traçada para o ano, de US\$ 77 bilhões. O câmbio, porém, jogou a dívida, em reais, para cima: R\$ 284 milhões, frente aos R\$ 270 bilhões ao fim de março.

"Com a atual gestão de portfólio, no atual nível de Brent, e com o que estamos conseguindo ver de melhor número para geração de caixa, muito provavelmente nós conseguiremos, sim, atingir a nossa meta de desalavancagem para este ano", afirmou o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Rafael Grisolia.

Dos US\$ 7 bilhões previstos em geração de caixa com desinvestimentos este ano, ainda faltam entrar no caixa da companhia algo em torno de US\$ 2 bilhões

neste segundo semestre. Reduções adicionais na alavancagem, portanto, virão do aumento do Ebitda, favoravelmente impactado pelos preços do petróleo.

Ivan Monteiro destacou também que, se por um lado a empresa enfrenta um cenário mais desafiador para vender a TAG e as refinarias, por outro, a alta do preço do petróleo joga a favor nas negociações em curso, aumentando a precificação dos ativos a venda - em especial aqueles da área de exploração e produção de óleo e gás.

A alta do preço do barril no mercado internacional é um dos principais motores dos lucros robustos que a empresa vem apresentando este ano. No primeiro semestre, o preço médio do Brent subiu 36% em relação a igual período do ano passado, para cerca de US\$ 70 - ante a previsão inicial de US\$ 53.

A valorização do barril resultou em maiores margens e impulsionou os resultados da companhia, que acumula um lucro líquido de R\$ 17 bilhões em 2018 - 3,5 vezes a mais que o lucro apurado na primeira metade do ano passado. Já a margem bruta da empresa avançou quatro pontos percentuais, para 37% na mesma base de comparação, mostrando que os custos estão subindo menos que o faturamento.

Grisolia também destacou os esforços da companhia não só para reduzir a dívida, mas para alongar o perfil de amortização do endividamento. Desde o fim do ano passado, a Petrobras aumentou de 8,6 anos para 9,1 anos o perfil de vencimento.

"É uma redução muito importante. Estamos também fazendo uma gestão ativa para aproveitar as condições de mercado para fazer rolagens e alongamento do perfil da dívida", disse o diretor.

A posição de caixa da Petrobras, de US\$ 18,1 bilhões ao fim do segundo trimestre, segundo ele, garante à petroleira a capacidade de pagamento de vencimentos de principal da dívida até 2021. Até lá, a companhia terá que pagar US\$ 18,8 bilhões.

Em 2022, a estatal terá pela frente o pico de amortizações das dívidas (US\$ 13,3 bilhões). Grisolia afirmou, contudo, que a estatal está concentrada em rolar esse cronograma de amortizações. "Os vencimentos a partir de 2022 estão sendo 'atacados' pela companhia", afirmou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: LyondellBasell vai ao MME para tratar de Braskem**

Enquanto dá sequência à "due diligence" na Braskem, a LyondellBasell, que está em negociações exclusivas com a Odebrecht para compra do controle da petroquímica brasileira, falou formalmente com o governo, na semana passada, sobre suas intenções. Mais do que se apresentar, apurou o **Valor**, a companhia estrangeira buscou garantias de que o ambiente regulatório no país é sólido e as eleições deste ano não representam ameaça à estabilidade das regras no setor de óleo e gás, medindo os riscos do investimento bilionário que está a caminho de executar.

Em encontro no Ministério de Minas e Energia (MME) na quarta-feira, o principal executivo da LyondellBasell, Bob Patel, discorreu sobre os negócios da petroquímica com sede na Holanda e o potencial que vê no mercado brasileiro. Também procurou sentir qual é a avaliação do governo a respeito da operação, que pode levar à criação da maior fabricante mundial de resinas termoplásticas.

Originalmente, Patel, que esteve em Brasília acompanhado por executivo do J.P. Morgan, seria recebido pelo **ministro MME, Moreira Franco** e outros representantes da pasta. O ministro, porém, não pode acompanhar o encontro devido a outros compromissos.

Conforme apurou o **Valor**, Patel quis saber se, com a troca de governo, há risco de mudança nas regras que regem o setor de óleo e gás e de ingerência política na Petrobras. Ouviu que a estatal está blindada desse tipo de interferência, com um nível de autonomia que não preocupa mais, e que a regulação está posta. Também escutou que, seja qual for a linha ideológica vencedora em outubro, não há margem para grandes mudanças de regras.

Na sexta-feira, em teleconferência com analistas para comentar os resultados do segundo trimestre, Patel disse que, entre os fatores que tornam atrativa potencial aquisição da Braskem, estão os ativos de alta qualidade da petroquímica brasileira, bem gerida em sua avaliação, e a ampliação da presença no mercado latino-americano.

"Nos daria uma presença na América Latina que não temos hoje e acreditamos que esse é um mercado muito importante quando olhamos para o longo prazo", afirmou o executivo. Patel não forneceu detalhes sobre o estágio das conversas exclusivas em curso com a Odebrecht e limitou-se, no início da apresentação a analistas, a afirmar que seu time segue trabalhando para viabilizar a operação.

"Como vocês podem imaginar, tenho pouco a dizer a esta altura das negociações", afirmou. LyondellBasell e Odebrecht informaram em 15 de junho que iniciaram negociações.

A Petrobras, que é a segunda maior acionista da Braskem, poderá exercer o direito de vender conjuntamente sua participação (tag along), o que era dado como certo pelo mercado. Recentemente, porém, o presidente da estatal, Ivan Monteiro, indicou que faria sentido para a estatal permanecer no capital de uma grande petroquímica global.

A LyondellBasell teve lucro de US\$ 1,65 bilhão no segundo trimestre, 46,3% maior que o apurado em igual período de 2017, com lucro por ação de US\$ 4,22, refletindo também benefícios fiscais. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 2%, para US\$ 2,01 bilhões. De abril a junho, a receita da companhia subiu 21,4%, para US\$ 10,2 bilhões. Os resultados vieram acima da expectativa do mercado.

A empresa se aproximou da Odebrecht no início do segundo semestre do ano passado, quando houve início de diálogo. Antes de ceder a exclusividade nas negociações, a Odebrecht manteve contato com outros investidores interessados, entre fundos de investimento, grandes petroleiras com presença na indústria química e concorrentes. **(Colaborou Rita Azevedo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Norte e Nordeste elevam aposta no etanol

Neste mês, as usinas das regiões Nordeste e Norte do país iniciam a safra de cana-de-açúcar 2018/19 apostando na produção de etanol como nunca antes em sua história. Refletindo o maior dinamismo dos mercados local e nacional do biocombustível, o etanol deve avançar sobre o reinado do açúcar nessas duas regiões, na avaliação de consultorias e produtores.

Em projeções antecipadas ao **Valor**, a consultoria INTL FCStone estima que a produção de etanol hidratado (utilizado diretamente nos veículos) nas duas regiões juntas crescerá quase 25% e atingirá 1,05 bilhão de litros. Somando à produção de etanol anidro (que é misturado à gasolina), a produção total do biocombustível deverá ser quase 11% maior do que na safra passada, alcançando 1,98 bilhão de litros, nas contas da consultoria.

Além de um leve aumento na moagem da cana, o crescimento deve ser fruto, sobretudo, do maior direcionamento da matéria-prima para a produção de

etanol. Na avaliação da FCStone, apenas 43,5% da cana moída será destinada à fabricação de açúcar - o menor "mix" açucareiro da série histórica da consultoria, iniciada na safra 1999/00.

A consultoria JOB Economia, que em abril já previra aumento da produção de etanol (hidratado e anidro) no Norte e no Nordeste, elevou semana passada sua projeção de 1,87 bilhão de litros para 2 bilhões de litros. Na safra anterior, a JOB estima que as duas regiões produziram 1,8 bilhão de litros.

A razão para as usinas preferirem o etanol em detrimento do açúcar é a melhor remuneração do biocombustível, cujos preços têm subido nos últimos meses para os motoristas do Norte e Nordeste sem perder competitividade em relação à gasolina.

Na terceira semana de julho, por exemplo, o preço da gasolina C vendida nos postos das duas regiões subiu 26,4% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto o do etanol teve alta de 16,3% na mesma base de comparação. "Ou seja, a próxima safra deve começar com preços mais altos e demanda acelerada pelo biocombustível produzido na região", aponta João Paulo Botelho, analista da FCStone, em relatório.

Segundo a JOB Economia, a produção de Norte e Nordeste deverá abastecer 43% da demanda das duas regiões, estimada pela consultoria em 4,66 bilhões de litros para o ciclo atual. A região Centro-Sul, que também está tendo uma safra mais alcooleira, deverá enviar um pouco mais de etanol às duas regiões. A JOB Economia prevê uma transferência de 1,1 bilhão de litros do Centro-Sul ao Norte e Nordeste neste ciclo, 100 milhões a mais do que na safra anterior.

Com isso, a importação de etanol pelas regiões deve diminuir. Se na safra passada Norte e Nordeste importaram 1,46 bilhão de litros do produto, na atual o volume deverá cair para 1,2 bilhão de litros, estima a JOB Economia.

O bom momento do mercado de etanol contrasta com o enfraquecimento do mercado de açúcar. Enquanto o indicador mensal de preços Cepea/Esalq para o hidratado em Pernambuco em junho (último dado disponível) estava em R\$ 1,9982 por litro, alta de 23% sobre igual mês de 2017, o indicador mensal para o açúcar cristal no mesmo Estado estava 11% abaixo do visto um ano antes, a R\$ 68,53 a saca de 50 quilos.

"Diante da deficiência dos preços do açúcar, a única esperança é o mercado de etanol hidratado, que tem apresentado fluxo de vendas mais contínuo em função do preço da gasolina", afirma Renato Cunha, presidente do Sindaçúcar/PE, que prevê produção de hidratado praticamente igual ao estimado pela FCStone.

Alagoas em particular ganhou um incentivo adicional para produzir etanol. No último dia 27, o governador Renan Filho publicou decreto em que isenta de ICMS a saída de cana para as usinas e permite que as empresas utilizem crédito presumido (da aquisição de insumos) de 12% na venda de etanol hidratado, mesmo regime vigente em Pernambuco.

A produção de etanol de Norte e Nordeste também será beneficiada pelo maior volume de cana a ser moído nas duas regiões. A FCStone estima incremento de 2,8% na moagem, para 46,5 milhões de toneladas. Nas contas da JOB Economia, o processamento será quase igual à safra anterior, projetada em 47 milhões de toneladas. Para o Sindaçúcar/PE, que estima que a moagem da última safra tenha ficado em 44,9 milhões de toneladas, as usinas elevarão o volume de cana moída em 4,7%, para 47 milhões de toneladas.

O aumento da quantidade de matéria-prima reflete o avanço da área de plantio nos principais Estados nordestinos para a safra 2018/19. Esse incremento de área foi resultado, em grande parte, da morte de soqueiras (restos de cana que rebrotam a cada safra) pela seca em 2016 e no início de 2017, afirma Botelho, da FCStone. "A morte das soqueiras obrigou muitas usinas e fornecedores a replantarem parte de seus canaviais em 2017", acrescentou.

Além disso, as chuvas ficaram acima da média no Nordeste até abril, o que favoreceu o crescimento das plantas. Contudo, o tempo voltou a ficar seco a partir de junho. Para a FCStone, há riscos para a produtividade se as chuvas em agosto ficarem abaixo do normal. Já Cunha, do Sindaçúcar/PE, não vê ameaças para o ciclo atual, mas para a próxima temporada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado, Lucinda Pinto, Victor Aguiar e Daniela Meibak | De São Paulo

Título: Petrobras, exterior e cena política dão alívio a mercado doméstico

A combinação de fatores positivos no Brasil e no exterior garantiu aos mercados chegar à segunda semana de agosto em tom bem mais positivo, embora a cena política ainda deva continuar fazendo pressão sobre os ativos brasileiros.

Na renda variável, o Ibovespa subiu 2,26% no último pregão, a 81.435 pontos, maior nível desde 22 de maio, um dia depois do início da greve dos caminhoneiros. Naquele pregão, o índice fechou com 82.738 pontos. De lá para cá, o índice foi aos poucos perdendo a tendência positiva e mostrando um comportamento marcado pela instabilidade. Mesmo assim, o Ibovespa encerrou sua sexta semana consecutiva em alta, de 1,96%. No ano, o índice sobe 6,59%

O pregão de sexta também foi marcado pela queda firme do dólar, no exterior e no mercado local. No Brasil, a cotação voltou a tocar o piso de R\$ 3,70, seguindo o comportamento do mercado internacional e reagindo ao noticiário local, que deu argumentos para a venda da moeda americana. No fechamento, o dólar comercial caiu 1,33% para R\$ 3,7069. A última vez que o dólar havia fechado na linha dos R\$ 3,70 foi em 25 de julho. Com esse recuo, o dólar passou a acumular queda de 1,24% no mês, mas ainda tem valorização de 11,87% no ano.

O avanço do Ibovespa e a queda do dólar responderam a fatores positivos em meio a um ambiente mais favorável à tomada de risco no exterior, depois dos dados do mercado de trabalho nos EUA virem mais fracos do que o esperado. Isso ajudou a reduzir as apostas em um aperto monetário mais rápido pelo Fed (BC americano), o que leva investidores a procurar maior rentabilidade nos mercados considerados arriscados - caso dos ativos brasileiros. "Números abaixo do esperado indicam que o Fed não precisa de pressa para subir os juros", explica Paulo Petrassi, sócio e gestor da Leme Investimentos.

Além disso, na cena corporativa o balanço da Petrobras movimentou com força os papéis da estatal, além de dar argumento adicional à venda de dólares. A ação ordinária (ON) da estatal subiu 3,48%, a R\$ 23,22, enquanto a preferencial (PN) avançou 3,43%, a R\$ 21,11. Os dados do segundo trimestre da petrolífera mostraram um lucro robusto no período, de R\$ 10 bilhões, acima das expectativas. Mesmo com a recuperação, no entanto, vale destacar que os papéis não conseguiram recuperar o preço anterior à crise dos combustíveis: desde o estouro da greve dos caminhoneiros, a ON ainda acumula queda de 22,8%, e a PN, de 17,5%.

No cenário político, o mercado ficou animado com a escolha da senadora Ana Amélia (PP-RS) como vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB) nas eleições presidenciais. "A repercussão do nome [da senadora] foi bastante positiva porque ela pode tirar votos de outros concorrentes de Alckmin e ajudar na evolução da candidatura, que ainda é a preferida dos investidores", afirma Filipe Villegas, analista de ações da Genial Investimentos.

Nesta semana, a agenda de indicadores econômicos deve colocar à prova o movimento positivo visto nos últimos dias. Dentre os números esperados, um dos destaques será o CPI, o índice de inflação americana, previsto para a sexta-feira. Antes, serão conhecidos o PIB do Japão e do Reino Unido, ambos relativos ao segundo trimestre.

MME / ASCOM .